

Resumo de notícias econômicas

11 de Janeiro de 2022 (terça-feira)

Ano 3 n. 252

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 11 DE JANEIRO DE 2021

- **Bolsonaro sanciona com vetos projeto de lei BR do Mar**
- **São Paulo é o estado com maior média salarial do país**
- **Produção 20% menor em dez anos, indústria fecha 800 mil vagas**
- **As fragilidades da indústria**
- **Construção civil cresce no 'mundo real', mas despensa na Bolsa**
- **Ainda sem solução para o Refis, governo deve prorrogar Simples**
- **R\$ 73 bilhões de estatais estão em jogo em Cortes superiores**
- **Dinheiro em circulação encerra 2021 em R\$ 339 bi**
- **Covid e influenza cancelam voos por falta de trabalhadores**

Bolsonaro sanciona com vetos projeto de lei BR do Mar (11/01/2021)

O Estado de S. Paulo.

O presidente Bolsonaro sancionou com vetos o projeto de lei de incentivo à navegação na costa brasileira, chamado de BR do Mar, que visa à flexibilização do afretamento de embarcações estrangeiras para serem usadas na cabotagem. Entre os vetos de maior repercussão está a derrubada da reativação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). Instituído em 2004, o Reporto suspendia a cobrança do IPI, do Pis/cofins e do Imposto de Importação na compra de máquinas, equipamentos e outros bens para os terminais portuários. A benesse, que se encerrou em 2020, seria retomada com validade até o fim de 2023.

Outro veto foi à exigência de as embarcações terem tripulação composta por, no mínimo, dois terços de brasileiros em cada nível técnico do oficialato. O governo alega que isso reduziria a atratividade de estrangeiros.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, com as novas regras, será possível ampliar o volume de contêineres transportados por ano de 1,2 milhão de TEUS (unidade equivalente a 20 pés, ou 6 metros), em 2019, para 2 milhões de TEUS, em 2022. A iniciativa também permitirá ampliar em 40% a capacidade da frota marítima dedicada à cabotagem em três anos, excluindo as que operam no petróleo e derivados.

São Paulo é o estado com maior média salarial do país (11/01/2021)

Catho Consultoria

São Paulo conta com a maior média salarial do país, segundo a Pesquisa Salarial realizada pela Catho, marketplace de tecnologia. Rio de Janeiro e Distrito Federal ocupam o segundo e terceiro lugar. Já Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte oferecem as menores remunerações do Brasil. Segundo o levantamento, a média salarial em São Paulo é de R\$ 1.926,78; a do Rio de Janeiro é de R\$ 1.756,71; a do Distrito Federal, de R\$ 1.731,48. Com dois estados no topo do ranking, a região Sudeste é a que oferece a maior média salarial, com um valor de R\$ 1.805,39. Em contrapartida, o Nordeste tem

a menor remuneração com três estados ocupando as últimas colocações: Rio Grande do Norte (R\$1.292,72), Sergipe (R\$ 1.286,20) e Paraíba (R\$ 1.282,66).

Por estado:

- São Paulo - R\$ 1,926.78
- Rio de Janeiro - R\$ 1,756.71
- Distrito Federal - R\$ 1,731.48
- Paraná - R\$ 1,631.66
- Santa Catarina - R\$ 1,624.48
- Rio Grande do Sul - R\$ 1,572.50
- Minas Gerais - R\$ 1,542.37
- Amazonas - R\$ 1,520.77
- Pará - R\$ 1,512.54
- Mato Grosso - R\$ 1,509.39
- Espírito Santo - R\$ 1,503.64
- Bahia - R\$ 1,488.07
- Mato Grosso do Sul - R\$ 1,453.34
- Maranhão - R\$ 1,450.18
- Goiás - R\$ 1,435.83
- Pernambuco - R\$ 1,427.47
- **Ceará - R\$ 1,411.09**
- Tocantins - R\$ 1,398.36
- Roraima - R\$ 1,387.14
- Rondônia - R\$ 1,372.15
- Amapá - R\$ 1,336.09
- Acre - R\$ 1,325.18
- Alagoas - R\$ 1,304.66
- Piauí - R\$ 1,303.50
- Rio Grande do Norte - R\$ 1,292.72
- Sergipe - R\$ 1,286.20
- Paraíba - R\$ 1,282.66

Por região:

- Sudeste - R\$ 1,805.39
- Sul - R\$ 1,610.93
- Centro-Oeste - R\$ 1,511.54
- Norte - R\$ 1,464.26
- Nordeste - R\$ 1,406.62

A média salarial nacional fica em torno de R\$ 1.667,64.

Produção 20% menor em dez anos, indústria fecha 800 mil vagas (11/01/2021)

O Estado de S. Paulo.

A participação da indústria no PIB caiu 33% na década de 2010 e foram perdidos cerca de 800 mil empregos, segundo o IBGE. Em novembro, a produção industrial operava 20,4% abaixo de 2011. Crise e problemas estruturais desperdiçam potencial do setor, diz o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Ainda sob os efeitos da crise causada pela covid-19, a indústria brasileira chegou a novembro passado com seis meses de quedas na produção, marcando uma década perdida e uma redução de 20% desde 2011. Apesar da pandemia, as dificuldades vêm de antes. Ao longo da década de 2010, a participação da indústria no PIB encolheu 33%, e foram perdidos 800 mil empregos no setor, segundo o IBGE. As vagas formais são uma marca do emprego industrial, mostra estudo do IEDI. “O setor industrial vem perdendo espaço”, diz André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE. Após afundar com a paralisação das fábricas no início da pandemia, a produção ensaiou uma recuperação no final de 2020 e chegou a superar o nível pré-covid-19. Ao longo de 2021, porém, a retomada rateou. Segundo o IBGE, a produção industrial operava, em novembro, 20,4% abaixo do pico alcançado em maio de 2011.

Com a produção andando de lado, a indústria vem perdendo participação na economia como um todo. De 2010 a 2020, a fatia do setor no PIB caiu de 27,4% para 20,5%. Em outubro de 2021, o PIB industrial ainda era 14% menor do que em março de 2014, último mês antes da recessão que se estendeu até 2016, mostram cálculos com base em estimativas do Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo economistas ouvidos, a indústria vem sendo afetada por uma combinação de problemas conjunturais, que variam conforme a crise do momento, e estruturais. São eles inflação e juros elevados, câmbio desfavorável, desequilíbrios nas contas do governo, incertezas políticas e econômicas, gargalos de infraestrutura, o complexo sistema tributário, a falta de mão de obra qualificada e o custo da energia.

As fragilidades da indústria (11/01/2021)

O Estado de S. Paulo.

Em 2021, a indústria chegou a sair do buraco de 2020, mas a recuperação, como um voo de galinha, parece ter terminado. Segundo o IBGE, em novembro a produção industrial somou seis meses consecutivos de queda, acumulando perda de 4%. No trimestre, a queda da média móvel foi de 0,5%. Todos os setores declinaram: bens de capital (0,9%), bens de consumo semi e não duráveis (-0,5%), duráveis (-0,6%) e intermediários (-0,4%). Não adianta culpar só o vírus. Houve fatores externos, como o desarranjo das cadeias produtivas e impactos sobre o suprimento e o custo dos insumos. Houve fatores internos, além da crise hídrica, como desemprego, depreciação da moeda, corrosão da renda, inflação e alta dos juros.

A pandemia atingiu em cheio deficiências antigas da indústria. Por décadas, no pós-guerra, a indústria foi o motor do desenvolvimento nacional. Mas, enquanto o agronegócio continuou a se modernizar e ganhar poder de competição, a indústria declinou. A fragilidade causada por anomalias como o protecionismo e a baixa integração global, a insegurança jurídica, o pouco estímulo à inovação e à produtividade, o escasso e caro financiamento privado, a tributação onerosa, a burocracia, a baixa capacitação da mão de obra, ou a infraestrutura e a logística precárias.

Entre 2011 e 2020, em seis anos o desempenho do setor foi negativo e nos restantes, medíocre. Desde 2014, o País saiu do grupo dos 10 maiores produtores industriais, caindo para a 14.^a posição. A participação no comércio internacional vem encolhendo e na pandemia, segundo a OMC, se contraiu mais do que a média. Hoje, o País patina por volta da 35.^a posição no ranking mundial.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, entre 2010 e 2021 a parcela da indústria nas exportações encolheu de 63% para 51,3%. Em todos os Estados as exportações são lideradas pelas commodities. Entre os conhecidos efeitos da dependência excessiva a commodities estão crescimento lento, estrutura econômica não diversificada, volatilidade de renda e exposição a choques globais. Instabilidade macroeconômica e atraso no desenvolvimento social podem ser outras consequências.

Construção civil cresce no ‘mundo real’, mas despensa na Bolsa (11/01/2021)

O Estado de S. Paulo.

A construção civil está próxima de confirmar aquecimento. Puxada pelo mercado imobiliário, a alta no faturamento do setor em 2021 deve ser 7,6%, de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o melhor resultado em dez anos. Entre janeiro e setembro, houve um crescimento de 37,6% dos lançamentos e 22,5% nas vendas, segundo o CBIC. Os números mostram um retrato do presente, trata-se de um cenário que vai se tornando passado de maneira bem acelerada. Os motivos são vários: aumento da taxa de juros, assim como a alta nos preços dos insumos, renda menor do brasileiro e temores a respeito da economia, que está em recessão técnica após ter caído 0,1% no terceiro trimestre. O Índice Nacional de Custo de Construção (INCC) subiu 14,3% em 2021, o maior desde 2003. Logo, mesmo com os bons resultados acumulados em 2020, as empresas também enfrentam desconfiança dos investidores.

Não por acaso, a queda acumulada das 26 incorporadoras na Bolsa em 2021 foi de 31,1%, segundo dados levantados pela consultoria Economatica, enquanto o Ibovespa recuou 11,93%. A Plano&plano, que estreou no mercado de capitais em outubro de 2020, caiu mais do que a média, com uma desvalorização de 56%. E isso acontece em um ano em que a companhia atingiu R\$ 1 bilhão em vendas líquidas, o maior volume de vendas anuais de toda a história da empresa. Porém, ao olhar a fotografia dos resultados mais recentes, a empresa viu os seus lançamentos caírem 17,5% no terceiro trimestre em comparação ao mesmo período de 2021. Mesmo assim, Rodrigo Luna, presidente do conselho de administração, ver pontos positivos, como a redução do preço do aço, que podem melhorar os resultados para 2022.

Essa também é a visão de Eduardo Fischer, um dos presidentes da MRV, a maior do País. Ele continua otimista, mas admite que a pressão dos custos, dificultou as coisas nesse ano. “Em 28 anos de indústria, nunca vi uma explosão de custos tão forte em um curto espaço de tempo”, diz Fischer, que viu as ações da MRV caírem 35% em 2021. O executivo aponta que não tem muito o que mudar em 2022, mas continua com a premissa de que existe uma oferta maior do que a demanda.

Ainda sem solução para o Refis, governo deve prorrogar Simples (11/01/2021)

O Estado de S. Paulo.

O governo deve avaliar a prorrogação até abril para adesão ao Simples como solução temporária enquanto o Congresso não derruba o veto do presidente Jair Bolsonaro ao Refis (parcelamento de débitos tributários) de micro e pequenas empresas. Ontem, o governo consultou lideranças empresariais e do Congresso sobre o prazo ser suficiente para negociar uma solução para o impasse criado com o veto.

O presidente Jair Bolsonaro está sendo aconselhado pelo ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, e pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, a dar sinal verde ao uso de R\$ 3 bilhões do FGTS para um fundo garantidor de empréstimos aos Microempreendedores Individuais (MEIS). Os apoiadores dessa proposta avaliam que essa operação pode ajudar a dar um fôlego aos MEIS. A medida sairia em dezembro, mas enfrentaram resistências. Agora, avaliam que há chance de sair do papel.

“Hoje devemos ter uma decisão para atender o pessoal do MEI que contraiu um empréstimo por ocasião da pandemia, para que seja renegociado isso, sim”, afirmou Bolsonaro. “Pretendemos uma solução parcial agora e, com a volta do Parlamento (que está em recesso), tenho certeza de que o Parlamento vai derrubar o veto.”

Com o atraso do Refis, há também defensores de que o governo apoie um adiamento do pagamento dos empréstimos. Bolsonaro prometeu editar hoje portaria para atender micro e pequenas empresas feitos na pandemia com fundos garantidores bancados pelo Tesouro. Na prática, a prorrogação do prazo de adesão também pode significar uma espécie de diferimento do pagamento do Simples.

Depois da prorrogação do prazo, a segunda parte da solução para o Refis pode vir por meio de projeto de lei complementar – para isso, é preciso que o texto tramite em regime de urgência no Congresso.

R\$ 73 bilhões de estatais estão em jogo em Cortes superiores (11/01/2021)

Broadcast

As principais empresas estatais brasileiras com ações na Bolsa – Petrobras, Banco do Brasil e Eletrobras – enfrentam processos na Justiça que envolvem R\$ 73 bilhões nos tribunais superiores, de acordo com levantamento realizado pelo Broadcast.

Nos litígios em todo o Poder Judiciário, também considerando as instâncias inferiores, os riscos das estatais ultrapassam R\$ 350 bilhões. No geral, as discussões tributárias representam mais de 60% de todas as ações, segundo levantamento realizado com base no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) das companhias do 3.º trimestre de 2021. O alto risco, segundo especialistas, representa uma espécie de “disfunção” no sistema tributário brasileiro e indica para a necessidade de uma reforma na intenção de garantir mais segurança jurídica aos contribuintes.

A reportagem levou em consideração no levantamento dois tipos de processos: os que têm recursos que podem afetar diretamente o mérito da causa nos tribunais superiores e os que aguardam posição das cortes de Brasília para se ter um veredicto nas cortes inferiores. Foram consultadas ações judiciais em tramitação no STJ, TST e no STF. Os processos judiciais, por determinação de regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), são classificados pelas companhias abertas de três formas: como perda remota, possível ou provável.

Entre as três companhias analisadas pelo Broadcast, a Petrobras é a que mais tem processos relevantes para serem julgados nos tribunais superiores, de acordo com as informações do formulário de referência da empresa protocolado na CVM, em 10 de dezembro. Em todo o Judiciário, a Petrobras estima que seu risco está classificado em R\$ 217 bilhões. Do total, a companhia vê perdas prováveis de R\$ 1,7 bilhão e perda possível de R\$ 131 bilhões. O Banco do Brasil estima que seus litígios tributários representam 60% de suas ações em todo o Judiciário brasileiro, com uma perda total que pode chegar a quase R\$ 28 bilhões.

Dinheiro em circulação encerra 2021 em R\$ 339 bi (11/01/2021)

Folha de São Paulo

Em meio à redução da demanda por papel-moeda e ao aumento da digitalização de pagamentos, o volume de dinheiro em circulação encerrou o ano passado em R\$ 339,01 bilhões, queda de 8,5% em relação a 2020 segundo dados do BC (Banco Central).

Este é o primeiro recuo desde o início do plano Real, em 1994, início da série histórica da autoridade monetária. Em 31 de dezembro, eram 7,64 bilhões de cédulas e 28,64 bilhões de moedas nas mãos dos brasileiros. De acordo com o BC, em 2020 houve aumento atípico de dinheiro vivo em circulação com a pandemia de Covid-19, especialmente em razão do pagamento do auxílio emergencial. No período, o valor total alcançou R\$ 370,44 bilhões, 32% acima de 2020 e maior da série histórica.

No início de 2022, contudo, o meio circulante voltou a crescer. Até a última sexta-feira (7), o volume era de R\$ 339,93 bilhões, R\$ 920 milhões a mais que no último dia de 2021. A queda do dinheiro em circulação em 2021 coincidiu com o lançamento do Pix no fim de 2020. O sistema de pagamentos instantâneos teve adesão rápida pela população e substituiu parte das transferências eletrônicas tradicionais, como DOC e TED, e de papel-moeda. Desde o lançamento, o sistema movimentou mais de R\$ 4 trilhões.

O total de transações em um dia com Pix bateu novo recorde na última sexta, com 52,3 milhões de operações. Segundo o BC, o maior número havia sido alcançado em 21 de dezembro, com 51,9 milhões de transações em 24 horas.

A autoridade monetária ressaltou que, apesar da evolução do uso dos pagamentos digitais, a quantidade de dinheiro em circulação tradicionalmente cresce ano a ano. "Com relação ao Pix, o surgimento de novos meios de pagamento apresenta impactos sobre os hábitos de uso dos meios de pagamento existentes, sendo necessário algum tempo para que a evolução desses impactos possa ser claramente mapeada".

Covid e influenza cancelam voos por falta de trabalhadores (11/01/2021)

O Estado de S. Paulo.

Mais de 500 voos foram cancelados após o aumento de casos de covid-19 e de influenza, tanto entre pilotos e tripulantes de aeronaves quanto no País como um todo.

Voos da Azul e da Latam foram os mais afetados. A Gol disse não ter reportado cancelamentos. A Latam informou o cancelamento de 100 voos. Nos próximos dias, outros 62 voos serão cancelados, totalizando 162 trechos.

Na Azul, funcionários receberam um e-mail do presidente, John Rodgers, alertando para o “alto número de dispensas médicas” na companhia. Com 15% dos voos, 387 voos da companhia foram cancelados até o momento.

O Procon-sp notificou ontem Azul e Latam, pedindo explicações sobre os cancelamentos dos últimos dias. “As empresas deverão informar até a próxima quarta-feira (amanhã) quantos voos foram cancelados, quantos passageiros foram afetados, a previsão para os próximos 15 dias e qual o plano de contingência para minimizar os danos sofridos pelos consumidores”, disse a entidade de defesa do consumidor.

A Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo (Abesata) informou ontem que 5% a 10% dos funcionários do setor foram afastados por covid-19. Já a BLTA, associação que congrega hotéis de luxo como Fasano, Copacabana Palace e Emiliano, disse já estar sofrendo Entre funcionários de aeroportos, afastamentos por covid já afetam entre 5% e 10% das equipes com a falta de pessoal. A associação reporta alta nos casos de influenza e covid-19 em um momento de cenário aquecido para as reservas.

Na área de saúde, estima-se que os hospitais privados brasileiros tenham hoje 10% de suas equipes afastadas. O número vem de conversas da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp) com as redes associadas, mas não há levantamento formal. O diretor executivo da Anahp, Antônio Britto, diz que o atendimento já está sendo prejudicado. “Ninguém tem 10% de funcionários sobrando”, afirma Britto.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.
Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br***

ANEXO

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado 23.12.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021**	2022**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	6,24	1,25
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,65	0,5

Fonte: IPECE. Atualizado em 16/12/2021.

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155,9	167,0	168,3	193,6
Brasil	7.004,1	7.407,0	7.447,9	8.468,1

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,29
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 29/09/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%)							
REGIÃO/ANO	2018		2019		2020		2021
	JAN-OUT/18	JAN-DEZ/18	JAN-OUT/19	JAN-DEZ/19	JAN-OUT/20	JAN-DEZ/20	JAN-OUT/21
Ceará	1,90	1,97	2,12	2,30	-2,91	-2,22	3,84
Nordeste	1,83	1,64	0,26	0,41	-2,60	-1,95	3,42
Brasil	1,33	1,29	1,04	1,01	-4,93	-4,05	4,99

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-NOV)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Exportações	2.070,34	2.093,94	1.700,47	2.464,25	44,92
Importações	2.366,53	2.186,64	2.204,31	3.476,72	57,72
Saldo Comercial	-296,19	-92,70	-503,84	-1.012,47	100,95

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até outubro)
Brasil (R\$ Tri)	3,26	3,48	4,02	4,50
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	98,25

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE – CEARÁ				
	Variação Acumulada de Janeiro a Outubro			
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	1,2	-9,9	8,9
Pesquisa Mensal de Serviços	-7,7	-0,3	-14,8	12,4
Pesquisa Mensal do Turismo	4,8	5,6	-43,1	17,7
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,5	-1,2	-7,9	-2,0
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	2,9	3,3	-7,3	9,0
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-3,1	12,4	5,3	22,7

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.3
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	12,4
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	46,7
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.408 (100%)
Força de trabalho (mil) (a=b+c)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.952 (53%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.460
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.618
Informal (mil)	2.046	2.060	1.726	1.842
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	492
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.456 (47%)
Desalentados (mil)	328	358	466	384
Rendimento médio, estimava real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$)	1.525	1.685	1.656	1.694

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021* (Até novembro)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.441.497	1.525.616
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.368.329	8.857.548
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176	49.229.074
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,23	17,22
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,12	3,10
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,10	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: * **O estoque de empregos 2021:** Estoque de empregos em 2020 + o saldo de empregos de 2021.

Saldo do emprego formal – Ceará – 1996 – Novembro/2021

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2021*	456.611	372.492	84.119
2020	373.258	367.185	6.073
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.242.937	6.705.004	537.933
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			607.481

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN-NOV)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Abertura	65.998	80.367	82.190	103.297	25,68
Fechamento	69.817	29.401	25.186	35.570	41,23
Total	-3.819	50.966	57.004	67.727	18,81

Fonte: JUCEC.

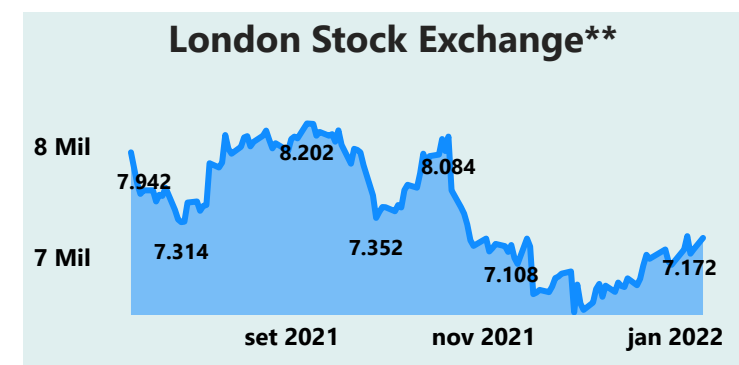
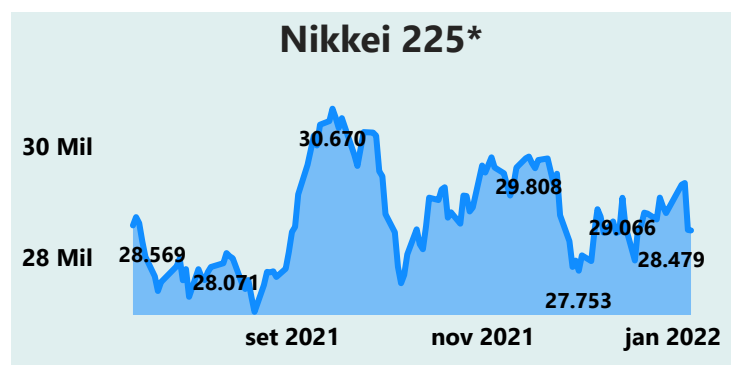
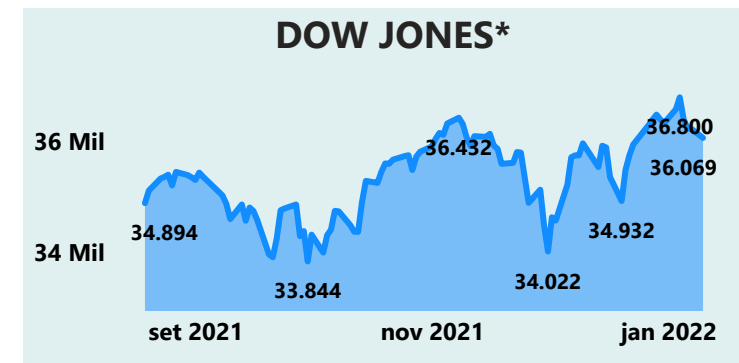
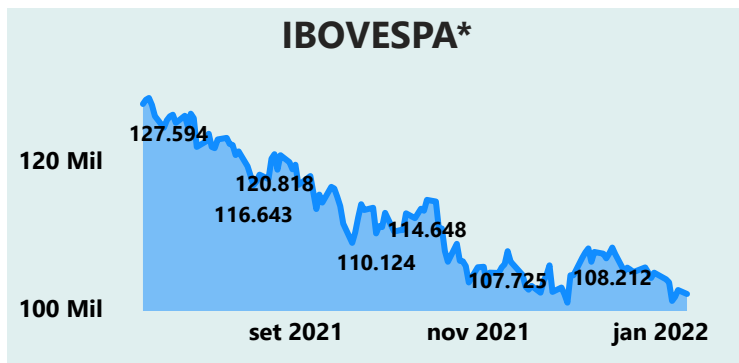
PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-NOV)					
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
	16.047.318	16.572.190	14.458.128	20.405.383	41,13

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-SET)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Ceará	8.515.422	8.700.779	8.418.419	9.315.112	10,65

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

BOLSAS



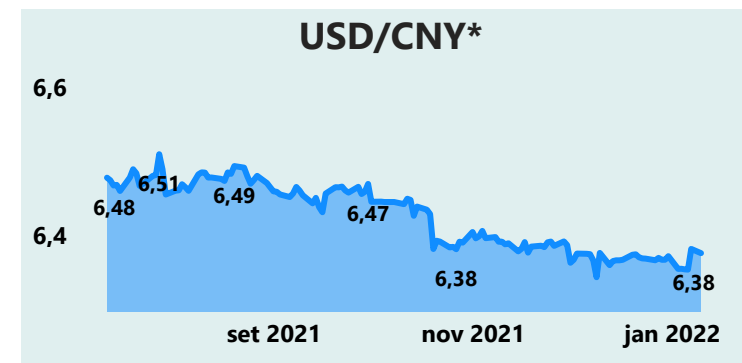
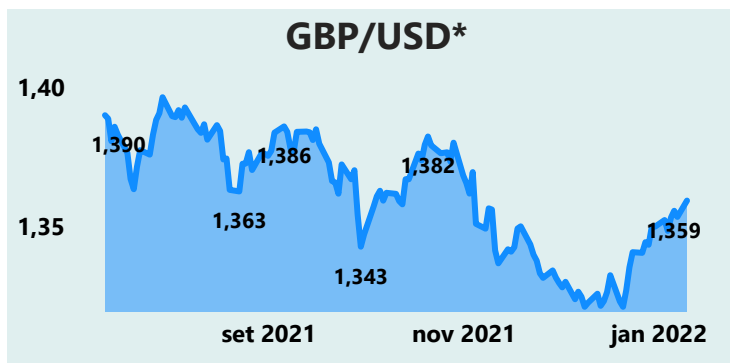
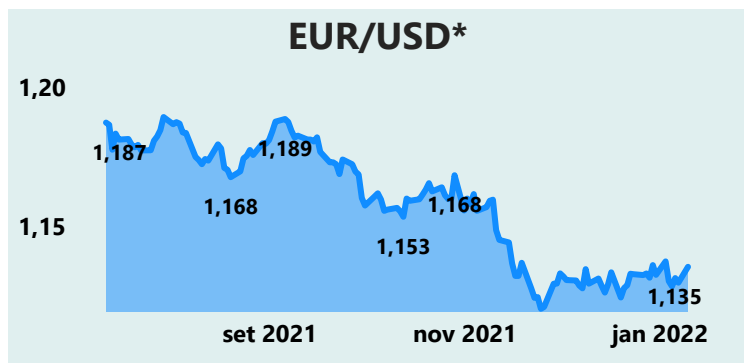
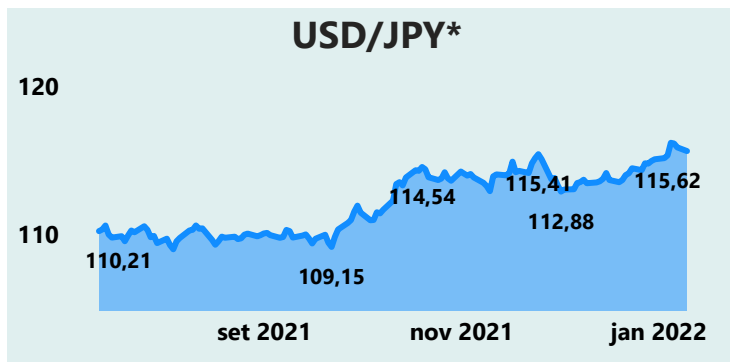
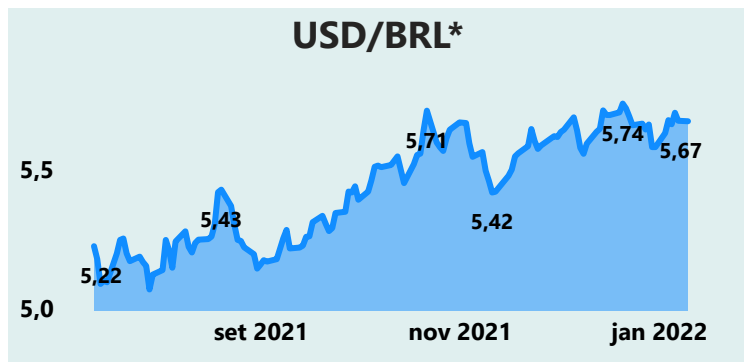
Última data disponível (*)

10/01/2022

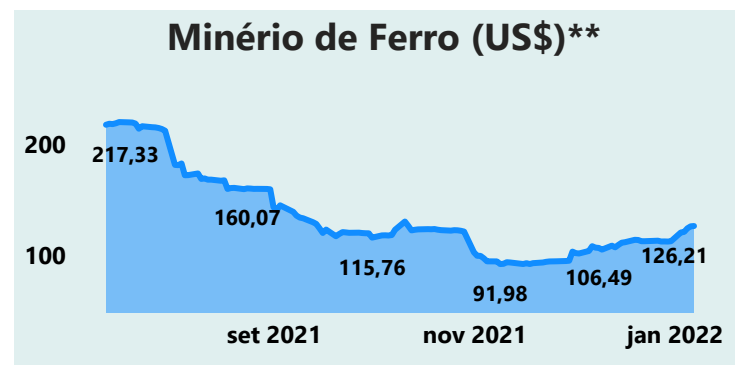
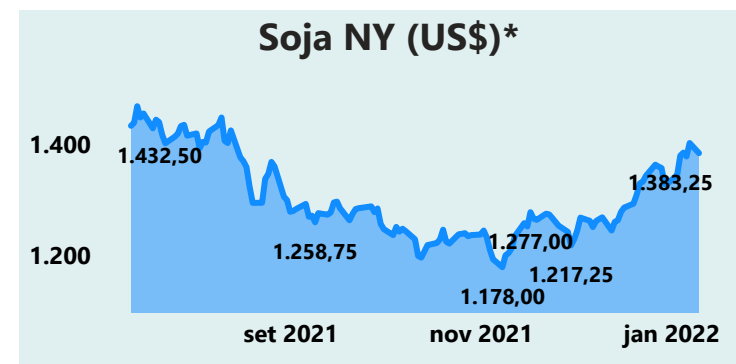
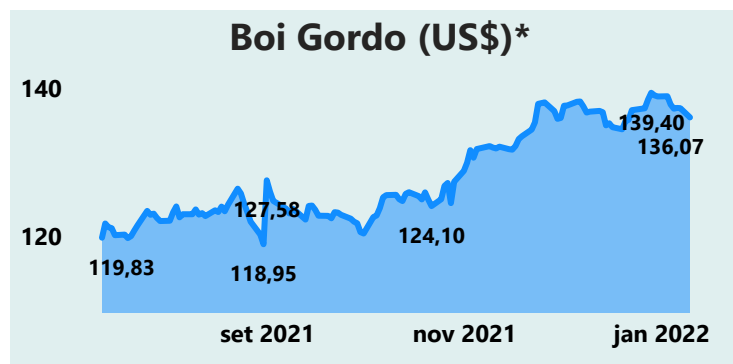
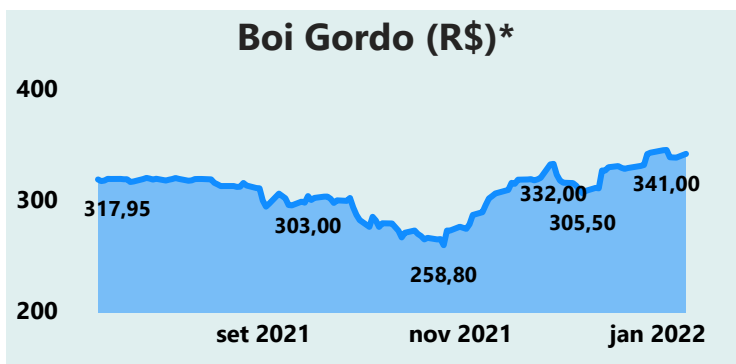
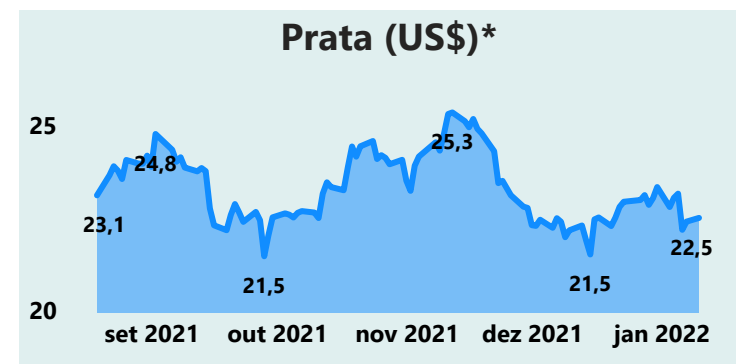
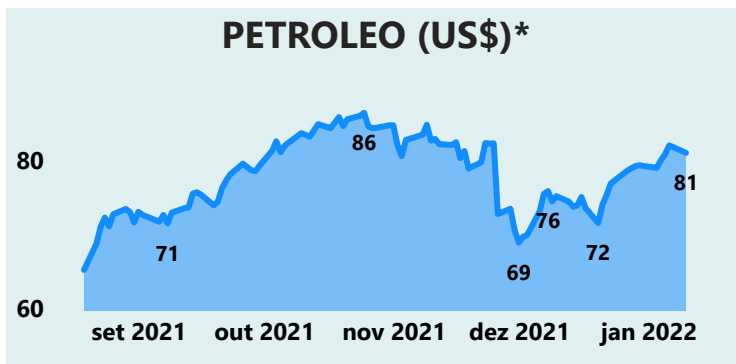
Última data disponível (**)

10/01/2022

MOEDAS

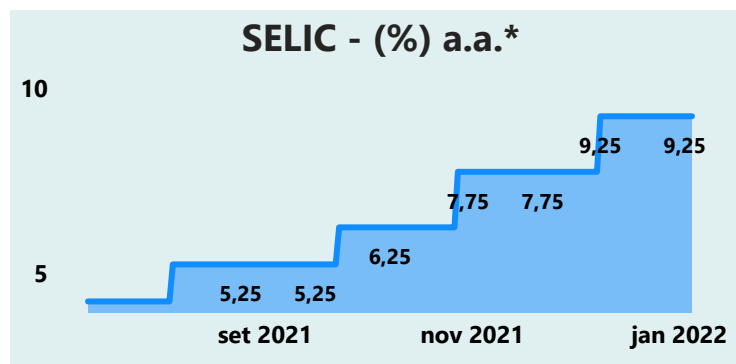
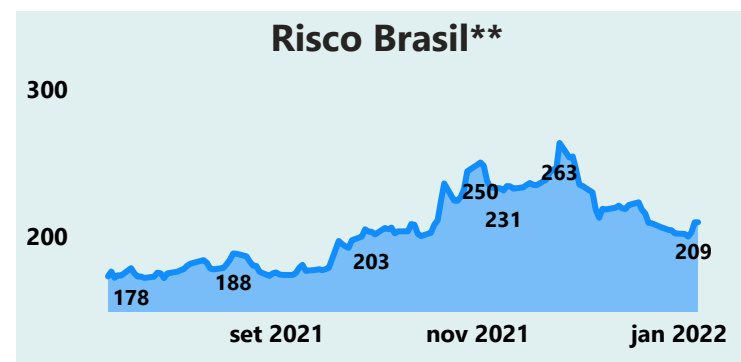
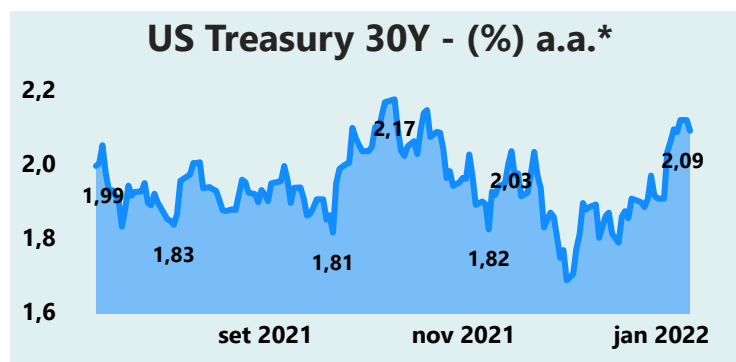
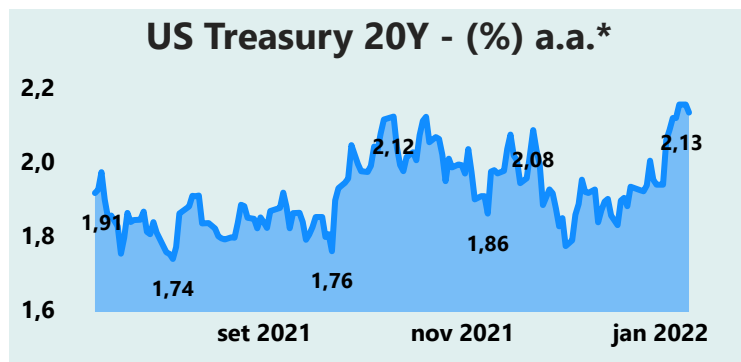
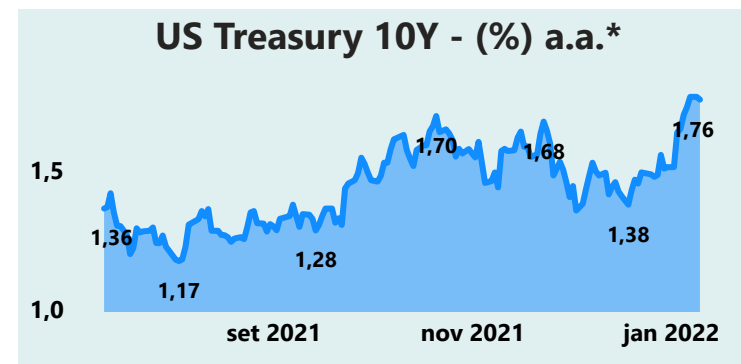
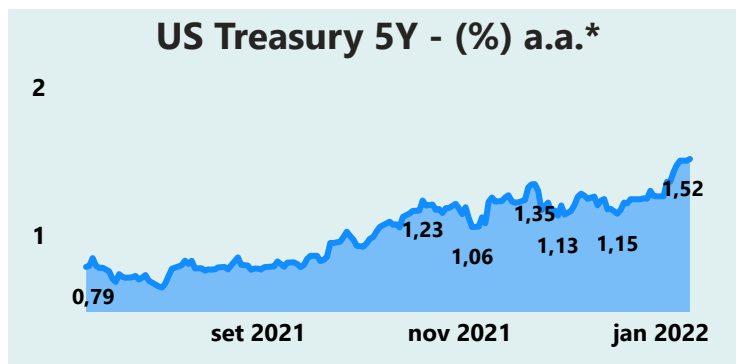
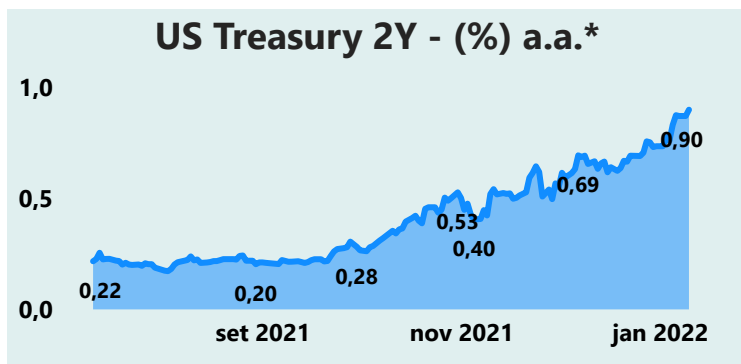


Última data disponível (*)
10/01/2022



Última data disponível (*)
10/01/22

Última data disponível (**)
07/01/2022

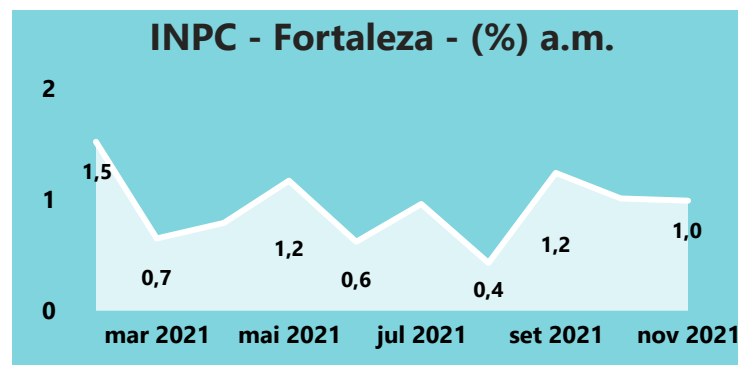
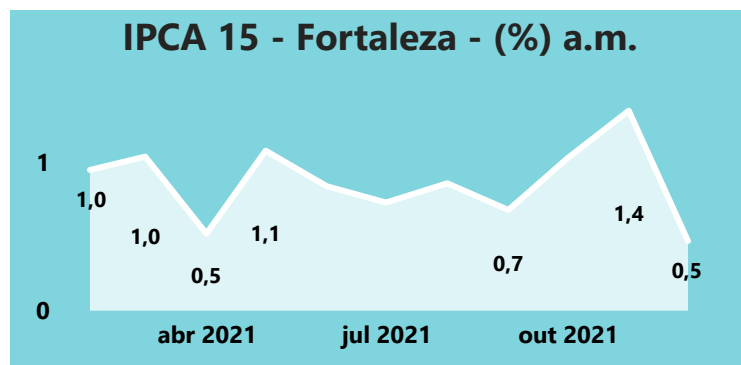
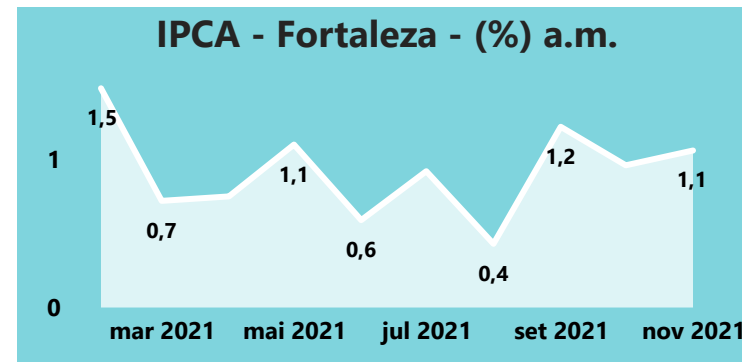
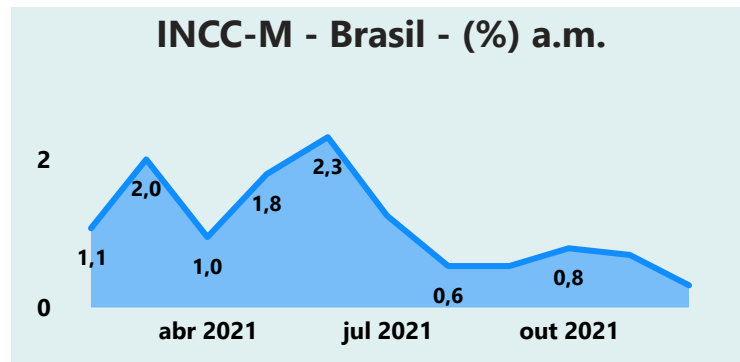
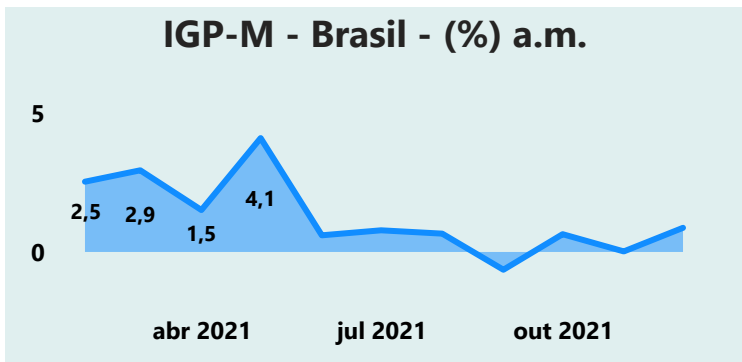
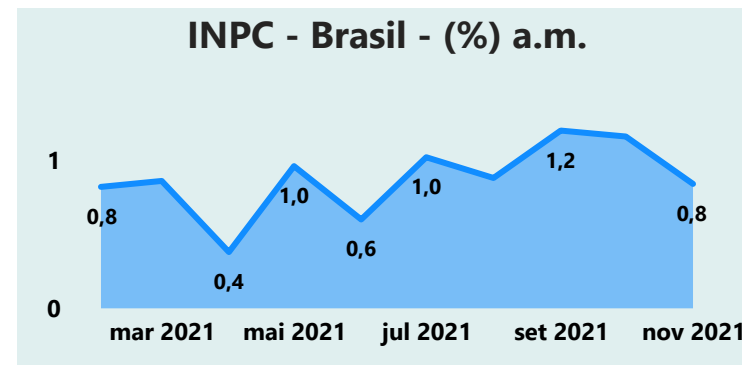
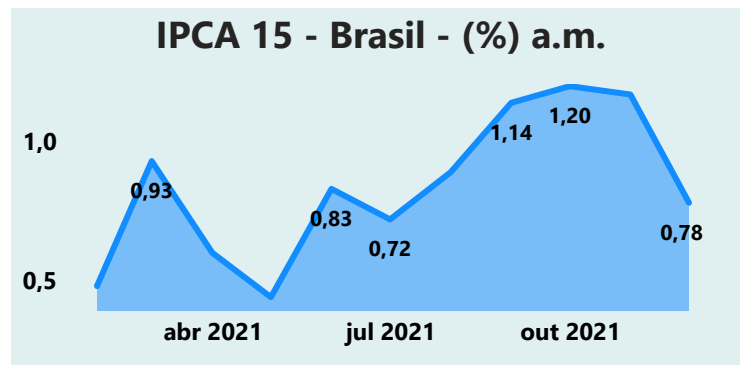
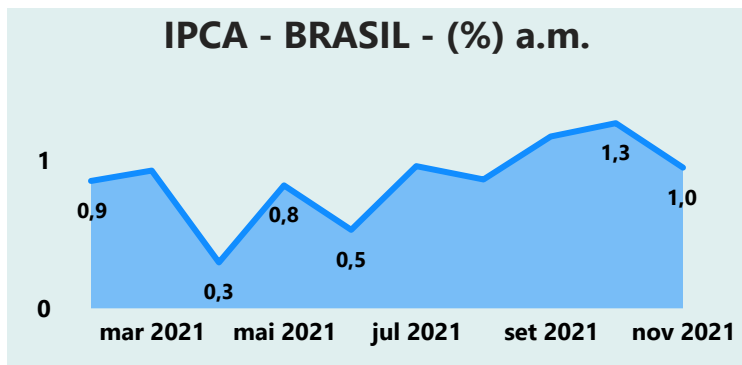


Última data disponível (*)

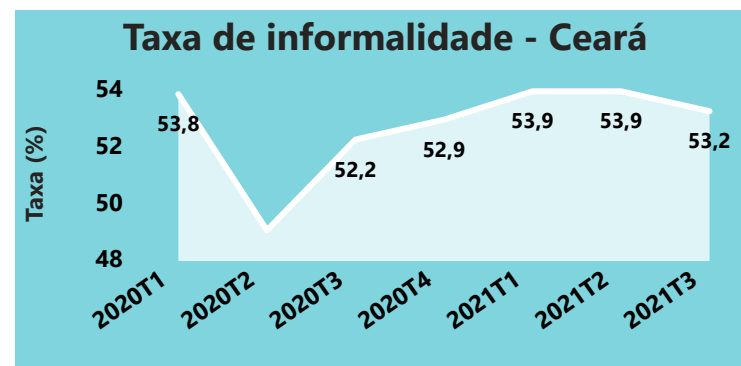
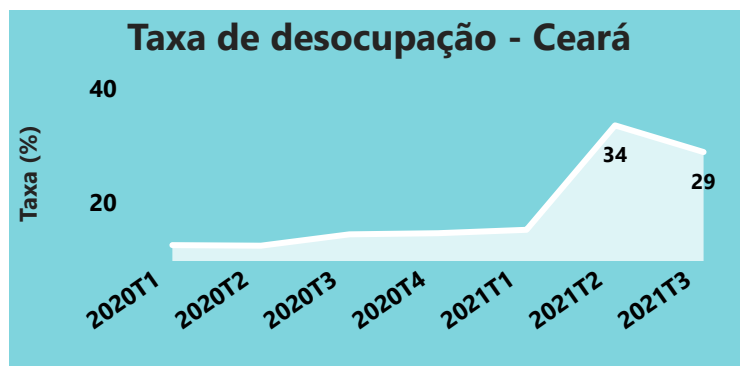
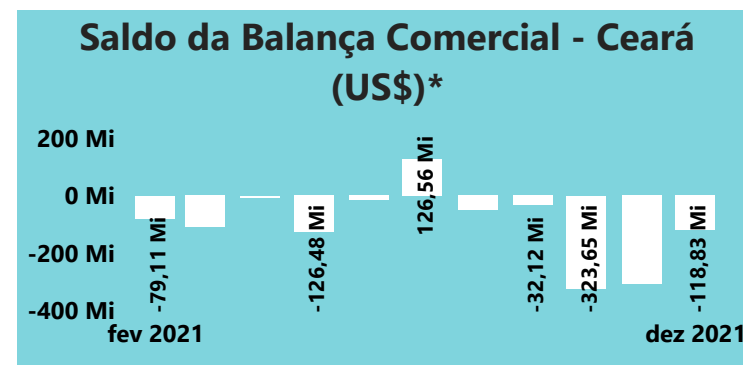
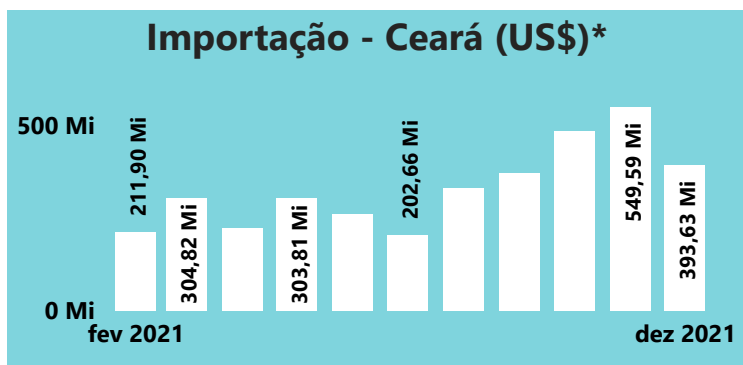
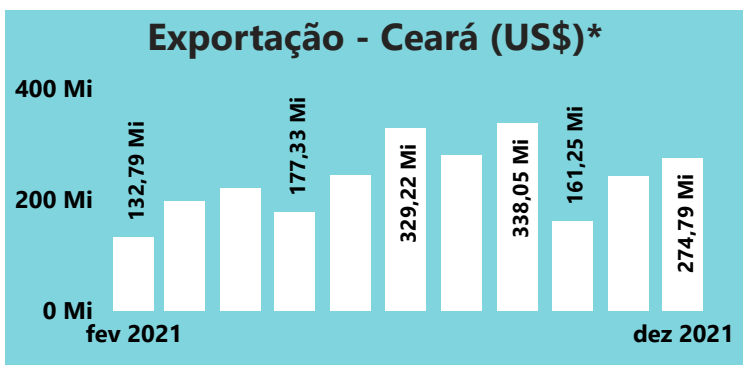
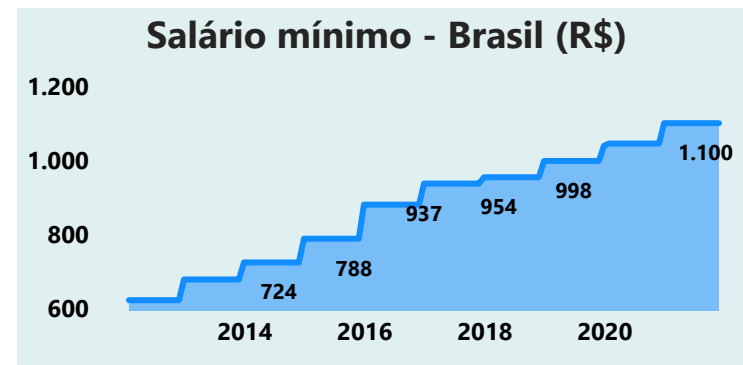
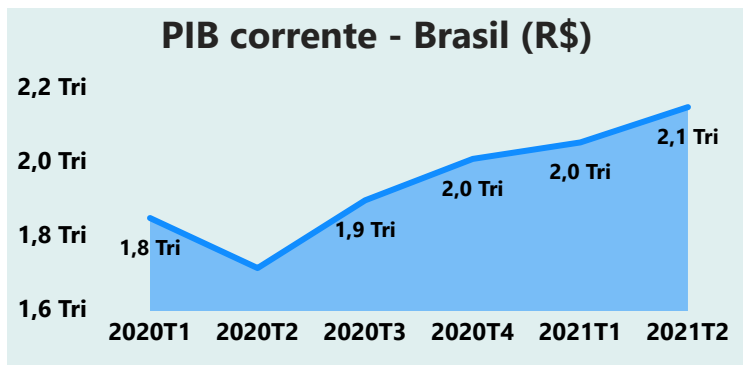
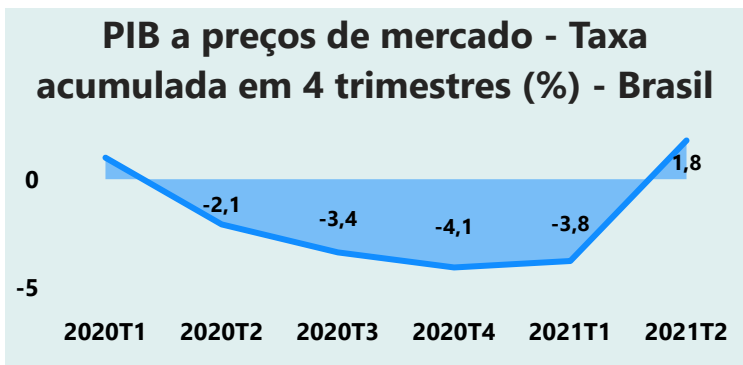
10/01/22

Última data disponível (**)

07/01/22



Índices disponíveis até
2021-11

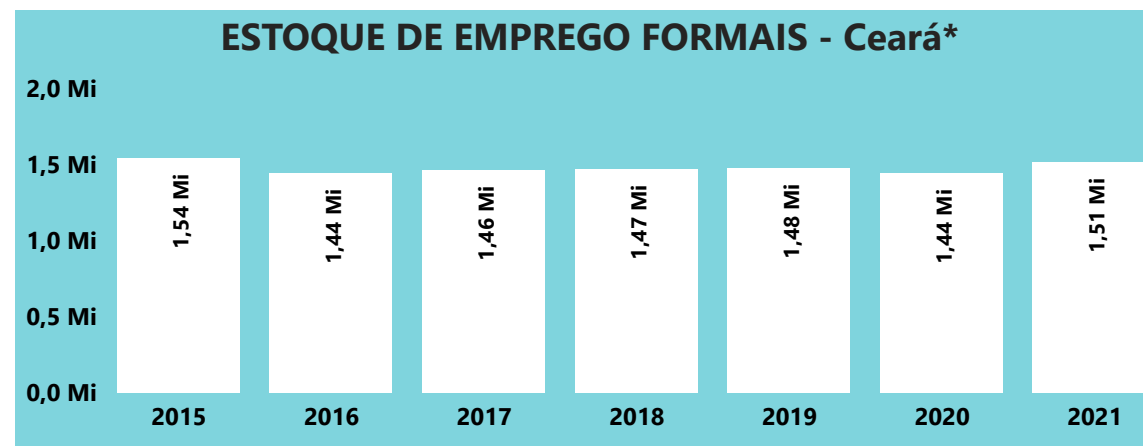
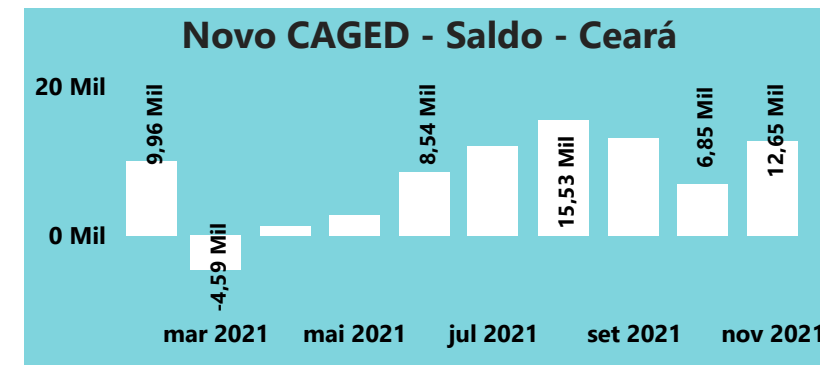
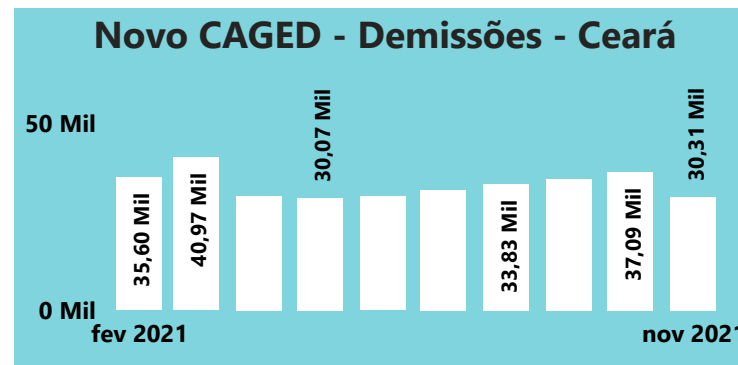
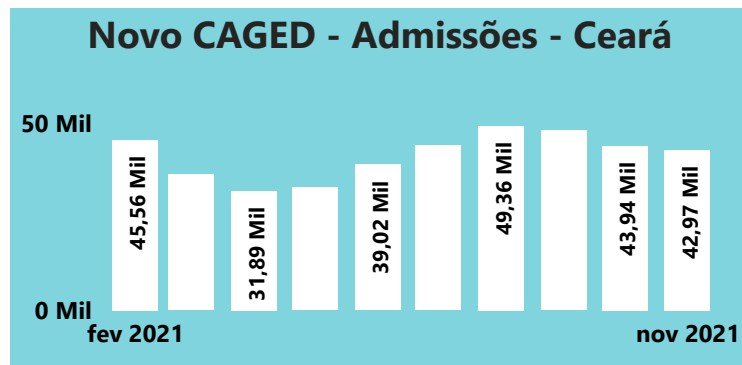


Última data disponível (*)
2021-12



MONITOR SOCIOECÔNOMICO ADECE

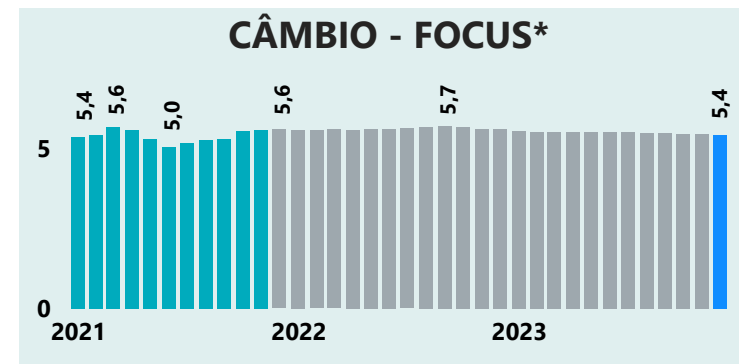
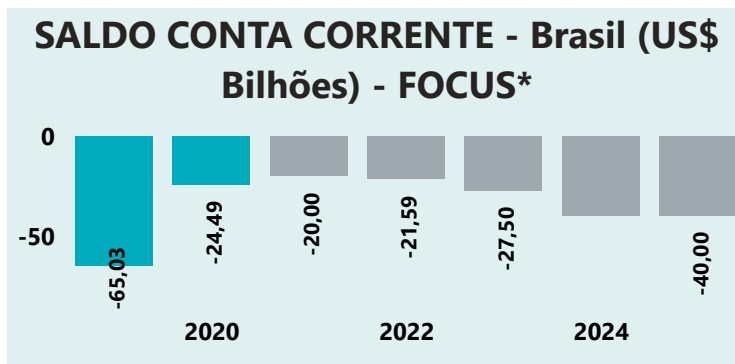
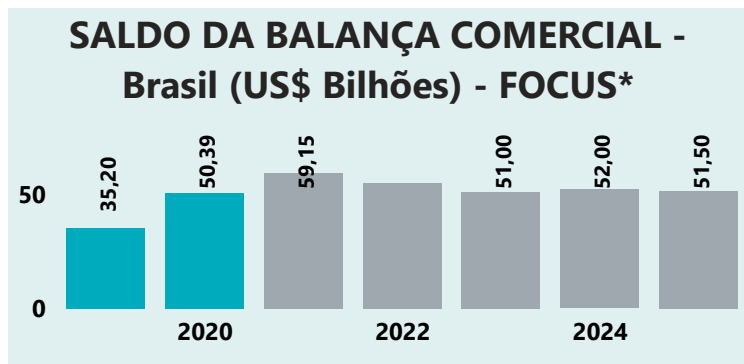
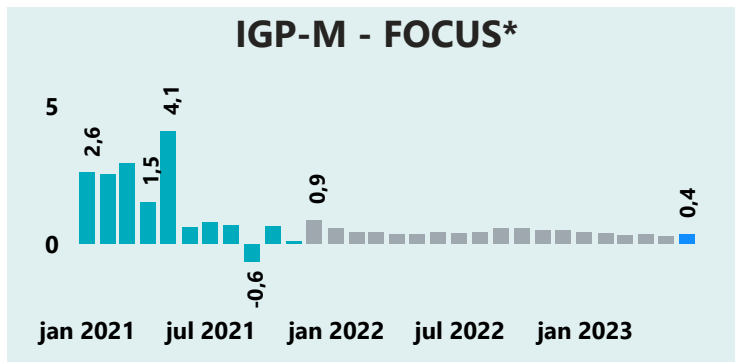
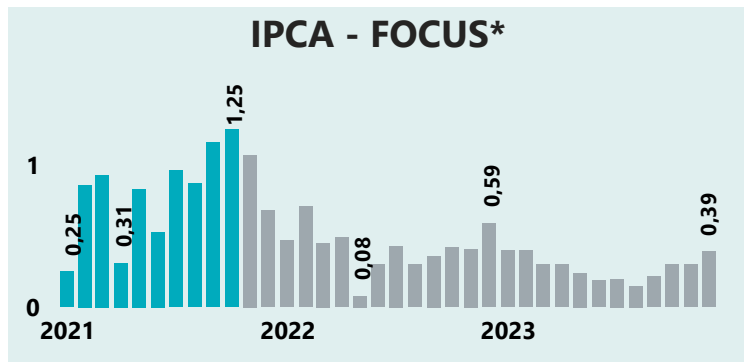
MERCADO DE TRABALHO (nov/2021)



* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.



FOCUS - Previsão



(*). Última atualização:
31/12/2021

Petróleo (US\$): O petróleo Brent é um petróleo mais leve, negociado na Bolsa de Londres com produção no mar do norte da Europa e na Ásia. Ele é usado como preço de referência no mundo, isto é, quando você ouve ou lê uma notícia sobre o preço do barril de petróleo, o Brent é o mais citado. Ele é negociado em barril (159 litros).

Ouro (US\$): Gold Futures (GC) são negociados na bolsa COMEX, que faz parte do CME (Chicago Mercantile Exchange) Group. Cada contrato Gold Futures (GC) padrão representa 100 onças troy de ouro, que é o peso de um tijolo de ouro.

Prata (US\$): Os contratos futuros de prata representam 5.000 onças troy de prata e operam em dólares americanos por onça. (\$/oz). Os preços dos contratos variam em movimentos de \$0,05, sem limite por sessão e são negociados para os seguintes meses de expiração: janeiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro.

Boi Gordo (R\$): O futuro de boi gordo é um ativo financeiro negociado por meio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) da B3, e é utilizado como um meio de gestão de risco sobre as oscilações de preços dessa commodity, que é uma das principais do Brasil – país considerado um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo. Cada contrato equivale à negociação de 330 arrobas líquidas – sendo que cada arroba líquida equivale a 15 quilos – oriundas do animal que tem essas características. Ou seja, cada contrato negocia o equivalente a 4.950 quilos desse ativo-objeto.

Boi Gordo (US\$): O gado vivo é alimentado até o ponto de pesagem da colheita. Os contratos de gado vivo vêm com entrega física. Cada contrato futuro de gado vivo representa 40.000 libras com uma flutuação de preço mínima de \$ 0,00025 por libra, ou \$ 10 por tick. O contrato é negociado de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 13h05, horário central (CT).

Onça troy: Unidade de peso do sistema *troy*, utilizada na pesagem de metais preciosos, equivale a 31,10349 gramas. Um quilograma equivale a 32,15 onças-*troy*.